



A INVISIBILIZAÇÃO SIMBÓLICA, NARRATIVA E CULTURAL DE CORPOS NÃO CONFORMANTES NO ESPAÇO ESCOLAR

¹Gabryelle Gonçalves Ferreira de Carvalho.

²Beatriz Morais de Abreu.

³Orivaldo Rocha da Silva.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo aprofundar as discussões sobre a invisibilização de corpos e expressões que divergem de noções pré-determinadas, impostas e tangíveis, relacionadas à normatividade dos papéis de identidade e gênero presentes nas vivências escolares. Trata da ausência de espaços seguros e acolhedores em instituições formais de ensino e discute a marginalização e a patologização de identidades não conformantes ao padrão binário. Analisa o fato de que a normatividade, progressivamente, sendo utilizada de modo a retirar a dignidade e as vozes de grupos, seja pela falta de representação simbólica, material, histórica e de acesso à cultura. Esta pesquisa possui o intuito de focar, discutir, celebrar e mediar os costumes, origens, signos e simbolismos referentes à própria existência. Relaciona os impasses sociais à evasão escolar, devido à falta de aplicação de práticas sociais que visam incluir tais vivências no âmbito social, classificando-as como casos categoricamente patológicos, os quais têm sua imagem abalada por perspectivas degradantes que retiram a individualidade e servem para desumanizar e, até mesmo, reverter tais características. Considera que, tais fatores quando interligados, também resultam em um percentual significativamente baixo no que se refere à adesão a instituições de ensino superior e, extensivamente, às condições de vida dignas. A base teórica utilizada segue os pressupostos de Dodi Leal (2018), Alessandro Barrata (2013), Tatiane de Souza Ferreira (2017), Daniel Duarte Sagrillo (2017), Tatiane Lima (2020), dentre outros autores.

Palavras-chave: Identidade de Gênero; Evasão Escolar; Invisibilização; Transgeneridades; Representatividade.

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Linguagens na Faculdade de Educação
SESI.

²Mestra em Artes da Cena pela Escola Superior de Artes Célia Helena.

³Doutor em Letras pela Universidade Mackenzie.

ABSTRACT

This study has as its objective to deepen the discussions about the invisibilization of bodies and expressions that diverge from pre-determined notions, imposed and tangible, related to the normativity of identity and gender roles present in school experiences. Addresses the absence of safe and welcoming spaces in formal educational institutions and discusses about the marginalization and pathologization of identities non-conforming to binary standards. Analyzes the fact that normativity, progressively, has been utilized as a means to remove the dignity and voices of these groups, whether due to the lack of symbolic, material, historical representation and access to culture. This research has the intent to focus, discuss, celebrate and mediate the customs, origins, signs and symbolisms referring to one's own existence. Relates social impasses to school dropout, due to the lack of application of social practices that aim to include such experiences in the social scope, classifying them as categorically pathological cases, whose image is undermined by degrading perspectives that remove individuality and serve to dehumanize, and even, reverse such characteristics. Considers that, such factors when interconnected, also result in a significantly low percentage in terms of adherence when it comes to joining university education and, extensively, to decent living conditions. The theoretical basis used follows the assumptions of de Dodi Leal (2018), Alessandro Barrata (2013), Tatiane de Souza Ferreira (2017), Daniel Duarte Sagrillo (2017), Tatiane Lima (2020), among other authors.

Key-words: Gender Identity; Truancy; Invisibilization, Transgenderities; Representativity.

INTRODUÇÃO

O corpo possui um papel fundamental no que se diz referente a como nos portamos e interagimos com os espaços presentes em nosso entorno, seja por meio de como nossa percepção se forma aos moldes do ambiente, ou até mesmo, as diferentes linguagens e atribuições relacionadas ao ser, baseado em fatores sociais e biológicos. Fatores estes interligados a uma imposição direta de padronização, assemelhando-se a uma norma *scriptada* às diferentes existências da corporeidade, no se resulta ao desenvolvimento e



encaminhamento de tais vivências por meio de valores pressupostos, quais se mostram conformantes à ideologia dominante, se adaptando a maneirismos, representações, e símbolos prestigiados, tomados como a verdade a ser seguida.

Podemos considerar neste caso, que um corpo no qual se apresenta fora desta existência venha a ser considerado como uma representação estranha, às margens do que se encontra presente nas normas da normatividade social. Uma vez que a construção (Foucault, 1976\1993) do controle social e dos saberes, serve como uma forma ativa de repressão à expressões ou ideologias consideradas como anormais às lentes implantadas em sociedade.

É possível afirmar neste contexto, que qualquer identidade corporal não branca ou cisgênera possa ser considerada não-conformante, porém este estudo coloca como foco em específico, as vivências de pessoas transgênero, travestis e não-binárias.

Uma vez que os saberes binários são sobrepostos aos valores como uma forma de “verdade” absoluta, essa ferramenta se faz presente por meio do reforço de tal padronização com base na noção destas existências serem consideradas como não pertencentes (Baratta, 2013) , tais noções de defesa social, ao serem atravessadas podem gerar à punições, ou até mesmo a exclusão direta (Leal, 2018) de identidades não-conformantes o suficiente para serem moldadas, “higienizadas” em prol de que estas corporalidades sejam incluídas de forma eficiente nos meios de produção e consumo do capital, rotuladas no âmbito da “diversidade”.

A escola por muitas vezes considerada como, a “segunda casa”, se mostra como um pilar extremamente importante para a formação cidadã do indivíduo crítico e pensante, servindo um pequeno espelho para o mundo que nos aguarda do lado de fora, quanto referente à signos e currículo abordado. Além disto, a escola possui uma relação de extrema importância com o corpo, considerando-se como as práticas realizadas em seu entorno visão o desenvolvimento cognitivo e motor, em conjunto de se mostrar como um possível local para experimento, onde diversas descobertas (Arán, 2006) tendem a ocorrer no decorrer do desenvolvimento e crescimento do ser, manifestando sua corporeidade e expressões, também abrindo oportunidades para questionamento e produção de saberes, relacionados ao seu autorreconhecimento como seres sexuados.

O artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos informa em seu enunciado: “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ONU, 1948). Entretanto, sabe-se que nem todos os grupos sociais possuem seu acesso e direitos



preservados de maneira igualitária, e o mesmo pode ser afirmado quanto às pessoas travestis e transgêneras. Onde diariamente, não possuem seus direitos respeitados tão pouco quanto reservados, se encontrando vulneráveis e suscetíveis à situações das mais variadas formas de violência, sejam estas: física, verbal, psicológica, sexual e etc.

Entende-se como uma pessoa travesti, transgênero ou não-binária o indivíduo no qual não se identifica ao gênero atribuído diante de seu nascimento, buscando reconhecimento legal e social para afirmação do gênero no qual se identificam. Enquanto podemos entender uma pessoa cisgênero a qual sua identidade de gênero se encontra alinhada conforme dado no momento do nascimento (Jesus, 2010). Conforme nos aprofundaremos neste assunto, a busca pelo reconhecimento ao gênero de pertencimento ou identidades divergentes, muitas vezes acaba sendo associada à patologia ou há o fenômeno da marginalização e criminalidade associada à identidade, o que dificulta e ativamente apaga a existência e narrativa de tais sujeitos.

De tal forma que, este artigo tem como intuito analisar de maneira mais aprofundada, como os diferentes fatores supracitados, colaboram de maneira ativa, para a invisibilização e expulsão de tais vivências aos mais variados espaços da sociedade, principalmente no que se mostra um de seus pontos iniciais, a escola.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com base na pesquisa científica e revisão bibliográfica qualitativa baseada na análise e seleção de dados, seguindo os princípios metodológicos de Dodi Leal, Daniel Duarte Sagrillo, Tatiane de Lima, Alessandro Baratta, Geovani da Silva Macedo, Flavio de Oliveira Natal-Neto entre outros.

A NÃO CONFORMIDADE PERANTE A ESCOLA

Como todo espaço formado por pessoas, a escola se apresenta como um ambiente influenciável aos atravessamentos daqueles que lhe constituem, sejam compostos dos valores



ou costumes mais distintos. Portanto, é importante ressaltar que a escola é um espaço onde se é ativamente produzidos discursos referentes a padrões interligados às representatividades de gênero e sexualidade, ou muitas vezes acaba por ser um reflexo direto, apesar que reduzido, dos ideais impostos em sociedade, ainda que muitas vezes essas questões sejam ignoradas ou obscurecidas. De tal forma, podemos relacionar o discurso centrado ao binarismo dentro do espaço escolar, como ferramenta que não somente estabelece tais padrões, mas também os reforça as noções de diferentes papéis, ferindo a liberdade e dignidade de tais indivíduos.

Podemos ver isso de maneira mais imposta conforme citado por Bortolini:

“(...) a escola muitas vezes não é vista como um lugar onde a sexualidade deva ser expressada ou discutida. Em seu aparente silêncio, na verdade, ela fala o tempo todo sobre sexualidade” (Bortolini et al., 2014, p.13).

Considerando as mais variadas situações, nós podemos, por meio de outras lentes, visualizar como estas práticas servem o propósito de reprimir a expressão de identidades na qual a corporeidade diverge, por meio regra de vestimenta adequada, onde ocorre a separação dos alunos por base do gênero atribuído ao nascimento, aplicando um pertencimento forçado a somente um de dois pólos distintos, desconsiderando as nuances e complexidades referente a expressão do indivíduo, que por muitas vezes é vetada. Ademais, também nas brincadeiras e jogos considerados como corretos, além das formas de comportamento que podem gerar reprovação por meio de figuras de autoridade mediante ao espaço e convívio, se mostra o quanto a idealização destas práticas corretas referente a determinado gênero está presentes no espaço escolar. (Natal-Neto & Macedo & Bicalho, 2016).

Para constatar como a escola se mostra como um mecanismo estruturado para reforço de características condizentes aos papéis de gênero, engessando sua noção binária:

“Para citar exemplos mais modernos, a divisão por sexo nas aulas de Educação Física – e os esportes atribuídos a meninos ou meninas; as filas de meninos e de meninas na Educação Infantil; as distinções sexistas de vestuário – meninos não podem usar brincos nem cabelo comprido; a forma dos professores tratarem alunos homens ou mulheres, com rispidez ou com delicadeza; a tolerância da violência, verbal e até mesmo física, entre meninos; a preocupação constante com a manifestação da sensualidade das adolescentes.” (Bortolini et al., 2014, p. 13-14).



Ressaltado pelo estabelecimento de tantas regras e espaços distintos a serem ocupados, as crianças e adolescentes acabam por internalizar tais valores (Natal-Neto & Macedo & Bicalho, 2016), punindo quaisquer indivíduos que não conformem a tais padrões. Fator este no qual, inclui alunas travestis, alunos transgêneros e não-binários.

Com isso, além de todas as formas de violência impostas sobre estes corpos e esforço ativo para o silenciamento de suas narrativas, quando são localizadas essas identidades, por parte dos educadores elas também chegam a ser tratadas como problemáticas, ou que não dignas da devida atenção perante o espaço, que devem ser encaminhadas à diante (Bortolini, 2008). Prática na qual, se prolifera consideravelmente ao contemplarmos a ausências de políticas públicas ou leis que servem para proteção destas existências referente ao espaço escolar, o que acaba gerando uma certa resistência quanto à democratização dos direitos desses alunos, como por exemplo: o desrespeito quanto a ausência de uso do nome social, ou banheiro afirmativo a identidade de gênero.

Nota-se que estes discursos têm um grande nestes grupos, que ao serem diariamente violados, rejeitados e desrespeitados dentro destes espaços, acabam sendo expulsos de exercer seus direitos de pertencimento.

“Franco e Cicillini (2015) salientam que a violência anunciada por parte das/os alunas/os e, em conjunto, a violência velada pelo corpo docente, como, por exemplo, a omissão e a invisibilização diante da discriminação, constituem o processo de expulsão de estudantes transexuais e travestis, que, somando à exclusão social, originada no ambiente familiar e sucedida a outros setores, pode limitar o acesso à educação superior, à melhoria das qualificações profissionais e ao mercado de trabalho.” (Lima, 2020)

DIVERGÊNCIA RELACIONADA À PATOLOGIA E CRIMINALIDADE

Baseando-se que parte da ornada de indivíduos quais não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento se encontra no reconhecimento legal e social referente a sua identidade de pertencimento, ainda existem certas barreiras que impedem a essa pessoa a possibilidade de exercer sua expressão de forma plena, como abordado por Tatiane Lima:

“Quando as pessoas se identificam como travestis, muitas são associadas ao pecado e à marginalidade; quando se identificam como transexuais, são associadas à patologia.” (LIMA, 2020)

Na medida em que assume uma destas identidades, a noção de patologia assenta-se na ideia do descontentamento de sujeito com aspectos do próprio corpo, mas que também se mostra necessária a alteração\modificação corporal de algum escopo (hormonização, estética, genital etc.) para não somente a validação dessa vivência, mas também a própria categorização como trans (Leal, 2018). Isto não somente contribui para a noção de que pessoas travestis não são trans, mas também conforme Leal afirma, serve como uma forma da cisnormatividade obter controle sobre estes corpos, deslegitimando a pluralidade de identidades, em prol da validação de quem pode ser considerado mais trans quando em comparação direta dentro destes grupos.

Diretamente sobrepostos sobre as nomenclaturas, também podemos visualizar como os próprios termos desenvolvidos para identificar e categorizar parte destes corpos, ainda sim possuía falhas diretas ao relacionar questões pertinentes sobre sua narrativa. O termo “sexual” interconectado à palavra “trans” acaba direcionando o olhar social para a genitalização destas manifestações de corporeidades, evitou destacar que ser trans é uma questão que está diretamente relacionado ao gênero (Leal, 2018). O termo travesti acabou ressurgindo recentemente sendo reivindicado e utilizado como forma de resistência destes corpos ao apagamento e opressão diariamente, sendo mais antigo do que a terminologia “transexual”, seu contexto histórico relacionava diretamente a um sinônimo de “imitação”, “engano” ou “fingir ser o que não é” (Lima, 2020). Observando tais fatores, o termo acabava por muitas vezes, ser referenciado de forma pejorativa no que se refere diretamente: “a uma figura hipersexualizada relacionada, quase diretamente, à prostituição, à criminalidade e à marginalidade” (Ferreira, 2017).

Seguindo este pressuposto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), relata que 90% da população travesti e transexual, devido ao preconceito e a dificuldade de empregabilidade, acabam recorrendo a prostituição (Lapa, 2013). Além disto, a imagem da pessoa travesti se apresenta como uma pessoa de baixa escolaridade, possivelmente expulsa tanto dos espaços escolares, mas também da própria residência, que devido a falta de espaços acolhedores e oportunidades dignas de trabalho, acabam por muitas vezes se associar à prostituição devido sua situação de extrema vulnerabilidade qual se

encontram. Embora ainda exista uma parcela de movimentos sociais na tentativa de promover uma imagem aceita socialmente, ainda se mostram presentes em nossa cultura traços muito fortes que conectam a imagem travesti à aspectos diretamente negativos (Sagrillo, 2017).

DIFICULDADE DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E CONDIÇÕES DE VIDA DIGNAS

Interligado de forma direta a evasão destas corporeidades dos ambientes de educação básica, de acordo com um estudo da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cerca de 80% da população trans sofre com a evasão escolar. Se torna explícito a noção de que estas pessoas, sofrendo diariamente com as mais diversas formas de apagamento, não suportam toda a violência e se vem ativamente expulsas do ambiente escolar, o que se demonstra como um fenômeno diferente e muito mais hostil do que uma evasão regular, conforme Bento destaca:

“Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos de “evasão” [...]. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia.” (BENTO, 2011, p. 555).

Podemos apontar que na medida em que o espaço da escola fracassa e se demonstra incapacitado para o acolhimento, a saída destes estudantes está diretamente com sua expulsão, pois não se sobram um espaço para pertencimento perante a convivência (Lima, 2020). Fator este que acaba diretamente impactando na adesão destas identidades ao espaço de ensino superior, devido o baixo nível de escolaridade e condições financeiras.

Somos capazes de afirmar que devido ao baixo nível de escolaridade, estas pessoas se encontram em situações de extrema vulnerabilidade tanto social quanto monetária, e possuem inúmeras barreiras quanto a tentativa de obter condições de vida mais dignas, relacionada a inacessibilidade a cargos com melhores propostas de salário, vistos que estes geralmente

requerem uma formação de ensino específica para sua obtenção (como ensino médio completo, por exemplo), podemos exemplificar estas situações conforme Sagrillo:

“uma travesti ou transexual pode tentar esta via para se inserir no mercado de trabalho. No entanto, uma série de dificuldades se apresentam, como por exemplo a falta de qualificação via escolarização. A possibilidade de assumir um cargo público está quase sempre associada à obtenção de um determinado grau de instrução, o que nem sempre corresponde à realidade de grande parcela deste público.” (Sagrillo, 2017)

Concordamos com Sagrillo, ao dizer que existe uma desconexão muito grande entre as vivências desta população, principalmente das expectativas de cargos públicos, que apesar de se mostrarem uma alternativa mais viável e segura para este público, são atravessados pela inacessibilidade que possuem.

Referente a acessibilidade em instituições de grau superior, podemos visualizar que muitas universidades públicas têm promovido projetos e ações relacionados a permanência e acesso, como a resoluções internas referente ao uso do nome social para seus estudantes, e cotas direcionadas à população. Utilizando como exemplo a Universidade do Sul da Bahia (UFSB) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que também acabam por adotar o sistema de cotas, fazendo reservas para essa parcela da população em seu ingresso. Desta forma, podemos afirmar que por meio desta perspectiva, apesar da baixa porcentagem de adesão destes grupos às universidades, estas instituições têm buscado o desenvolvimento de novas ações e projetos visando sua acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda se mostra necessário aprofundar a discussão e pesquisa referente às posições destas corporeidades em meio a sociedade, podemos visualizar de forma clara que o esforço para a inclusão destas pessoas em meio a sociedade, apesar de longe de ideal, vem tendo efeitos positivos. Visando assegurar o desenvolvimento de espaços acolhedores, que não somente respeitem, mas também visem reconhecer e celebrar a existência destas manifestações, se mostra necessário uma revisão não somente do currículo escolar, onde por

muitas vezes não inclui nenhuma menção a essas narrativas em seus materiais, mas também se é necessário, a formação de profissionais capacitados para mediar, acolher e instigar o desenvolvimento dessas pessoas.

É importante também ressaltar a importância do acompanhamento multidisciplinar humanizado e de qualidade a estes indivíduos, seja diante do ambiente escolar em prol do desenvolvimento, atenção e cuidado, visando a qualidade de vida e bem-estar destes corpos.

É necessário focar não somente no desenvolvimento de políticas públicas para inclusão destas identidades, tanto por meio de acessibilidade a espaço de convivência, segurança de vivência plena e condições dignas de vida, mas também um resgate deste percentual estrondoso de 80% desta população por meio de supletivo, utilizando o EJA como uma forma de capacitar estes indivíduos de forma que possam se desenvolver como sujeito crítico, podendo ativamente recorrer e lutar por seus direitos e espaços de maneira imposta, possibilitando uma vivência plena, em que exista a capacidade destas pessoas guiarem suas próprias trajetórias e narrativas.

REFERÊNCIAS

LIMA, Tatiane. **Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 77, p. 70-87, dez. 2020.

Leal, D. T. B. (2018). **Iluminação cênica e desobediências de gênero.** Revista Aspas, 8(1), 24-40.

Organização Mundial da Saúde. (2010). **Classificação Estatística Internacional de Doenças Problemas Relacionados à Saúde – CID-10.** Recuperado de <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.html>

SAGRILLO, Daniel Duarte. **Jovens transgêneros: percursos biográficos sobre a busca de si e as relações de trabalho.** 2017. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2017.

Baratta, A. (2013). **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan.



FERREIRA, Tatiana de Souza. **Os processos de entrada e permanência das travestis e das mulheres transexuais no mercado de trabalho.** 2017. 45f. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional). Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

NATAL-NETO, Flávio de Oliveira; MACEDO, Geovani da Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar.** *Psicol. Ensino & Form.*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 78-86, 2016.

Bento, B. (2011) **Na escola se aprende que se aprende que a diferença faz a diferença.** *Estudos Feministas*, 19 (2), 548-559. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16>

Bento, B. (2014). **Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal.** *Contemporânea*, 4 (1), 165- 182. Recuperado de <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197>

Foucault, M. (1976/1993). **História da sexualidade: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal.

Arán, M. (2006). **A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexogênero.** *Ágora Estudos em Teoria psicanalítica*, 9(1), 49-63. doi: 10.1590/S1516-14982006000100004

Jesus, J. G. (2010). **Pessoas Transexuais Como Reconstructoras de Suas Identidades: reflexões sobre o direito ao gênero.** In *Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares* (p.80-89). Brasília, DF: Universidade de Brasília

SUTTER, M.J. **Determinação e Mudança de Sexo: aspectos médico-legais,** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1993.

Bortolini, A., Bicalho, P. P. G., Mostafa, M., Colbert, M., Polato, R. & Pinheiro, T. F. (2014). **Trabalhando Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Currículo e Prática Pedagógica.** Rio de Janeiro: PróReitoria de Extensão/ UFRJ

Bortolini, A. (2008). **Diversidade sexual na escola.** Rio de Janeiro: PróReitoria de Extensão/UFRJ.

Lapa, N. (2013). **O preconceito contra transexuais no mercado de trabalho**. Recuperado de <http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismopraque/opreconceitocontratransexuaisnomercadodetrabalho2970.html>